

CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

Director: Fernando Gomes | Série II | nº 3 | Outubro 2012
ISSN: 1647-7359

Cultural



Concerto de protesto contra a extinção de Orquestras Sinfónicas. São Bento, Lisboa, Fevereiro de 1989.

«Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais [...] incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de acção cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio [...]; apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e colectiva, nas suas múltiplas formas e expressões [...]; promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum [...]».

O leitor mais distraído, induzido pelas aspas iniciais desta citação, depois pelas eloquentes palavras, ideias e responsabilidades nela contidas, talvez atribua a sua autoria a algum intelectual mais ou menos conhecido da nossa história. Se esse leitor, por sua vez, desempenhar, na actualidade, algum cargo com responsabilidades políticas, o mais certo, porém, é que entreveja nela um articulado algo exótico e vislumbre mesmo um certo potencial perverso, no fundo, um braçado de palavras que alguém terá libertado da mansidão de uma biblioteca onde se guardam as relíquias empoeiradas de um passado longínquo.

O leitor que trabalhe no sector cultural ou aquele que simplesmente aprecie a fruição cultural, porventura, saberá que aquela citação encerra um preceito constitucional, conforme expresso no art.º 78.º da Constituição Portuguesa.

Neste número, queremos denunciar a violação deste articulado constitucional por parte do Governo e destacar o momento particularmente difícil que, à semelhança da grande maioria dos trabalhadores portugueses, atravessam os profissionais do sector cultural. Queremos manifestar, desta forma, a nossa solidariedade e apoio às lutas que estes trabalhadores levam a cabo, diariamente, no seu local de trabalho, contra a

crescente precariedade e redução de salários e outros direitos, contra o desemprego galopante, num contexto em que o exercício do seu direito reivindicativo é submetido a crescentes constrangimentos, como se, também ele, começasse a adquirir, junto do patronato, uma roupagem bafienta cuja simples invocação parece despropositada, pretensiosa e até mesmo anacrónica. A este respeito, partilhamos convosco a posição do Secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, e a forma como a sua organização juvenil, Interjovem, reage à situação particular dos trabalhadores jovens deste sector.

Alertamos, também, para o momento difícil que atravessa a Fundação INATEL. Após um ano sobre o fim do seu mandato, os seus órgãos continuam sem ser nomeados. Será que o objectivo é deitar abaixo a Fundação INATEL? Ou será a incompetência dos responsáveis políticos, a falta de conhecimento e visão que impedem a tomada de medidas que resolvam os problemas que afectam a Fundação?

Estando a CGTP-IN a preparar uma publicação sobre o contributo do movimento sindical unitário para a luta em torno da igualdade de género, considerámos oportuna a ocasião para evocarmos a obra de Glória Marreiros, pelo «[...] visionarismo das [suas] posições [...] face aos problemas da mulher e, sobretudo, da mulher trabalhadora.», mas também por nos oferecer uma certa visão de «um Algarve outro» retratado, nas palavras de Domingos Lobo, «[...] com apuro sensível, com atenta dedicação, numa fala por vezes indignada, outras rumorejando um lirismo de puríssima fonte, um verbo sempre expressivo e lúcido [...]».

Fernando Gomes

*Membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional
Responsável pelo Departamento de Cultura e Tempos Livres e
Centro de Arquivo e Documentação da CGTP-IN*

FICHA TÉCNICA

Título: **CGTP Cultura**
Série II, n.º 3, Outubro 2012

Director: **Fernando Gomes**

Edição: **CGTP-IN – Departamento de Cultura e Tempo Livres**

Revisão: **Filipe Caldeira**

Periodicidade: **Semestral**

Tiragem: **6000**

Layout e paginação: **Formiga Amarela – Oficina Textos e Ideias**

Impressão e acabamentos: **Fotolitaria – Produção Gráfica e**

Publicidade, Lda

Distribuição gratuita

Depósito Legal n.º: **339188/12**

ISSN: **1647-7340** (versão impressa);

1647-7359 (versão electrónica)

Contactos:

© **CGTP-IN**

Rua Victor Cordon, n.º 1, 2.º

1249-102 Lisboa

Tel.: **213 236 500**

Fax: **213 236 695**

cgtp@cgtp.pt

O boletim pode ser consultado, também, em <http://cad.cgtp.pt>.

Apoio de:



índice

Entrevista a Arménio Carlos	3
A juventude trabalhadora e a cultura	8
Fundação INATEL	11
Arquivo do Departamento de Coordenação Geral da CGTP-IN	12
CGTP-IN vai publicar livro sobre a Igualdade	13
Crónica literária sobre Glória Maria Marreiros	14
Efemérides	18
Cartão CGTP: Protocolos	21
Conferência Anual da IALHI	24

Arménio Carlos, 56 anos, dirigente do Sindicato dos Transportes Urbanos de Lisboa (TUL) a partir de 1985, coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa entre 1996 e 2007, eleito para o Conselho Nacional da CGTP-IN no mandato 1996-1999, foi eleito Secretário-Geral da Intersindical no seu XII Congresso, em Janeiro deste ano, num momento muito crítico da sociedade portuguesa

Arménio Carlos Na linha da frente contra a cultura de austeridade



C: Em Portugal, segundo um estudo já um pouco datado, mas cujas conclusões não deixam de ser reveladoras¹, «[...] o sector cultural e criativo representa 2,8 da riqueza gerada [...] (3,691 milhões de euros) e dá emprego a 127 mil pessoas [...]»². Estes indicadores parecem colocar em causa a política de desinvestimento cultural que tem vindo a ser aplicada por este Governo. Como comenta este paradoxo?

AC: Desde logo, o maior paradoxo que temos é aquele que resulta das políticas que estão a ser implementadas em Portugal e que decorrem do memorando subscrito com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu. Este é o problema de fundo, que depois se reflecte em toda a

sociedade, ou seja, é uma política que está a asficiar a economia e a promover, de forma generalizada, o empobrecimento da população. Esta é a política suicida que põe em causa os interesses de Portugal e a esperança dos

portugueses.

É neste contexto que se está a desenvolver um ataque fortíssimo contra o Estado, que tem, na Cultura, um papel fundamental. Precisamos de um povo que tenha acesso a um conjunto de áreas que possam perspectivar e potenciar a sua evolução cultural. Porque um povo culto é sempre um povo que está em melhores condições de encontrar alternativas e respostas para os seus problemas e para o futuro do seu país. A política que está em desenvolvimento e que, entre outras áreas, procura reduzir fortemente as verbas para a Cultura, é uma política com forte conteúdo ideológico. É a concepção de uma política populista e demagógica, que desvia as atenções dos trabalhadores e das suas famílias daquilo que é essencial, em vez de colocar a Cultura ao serviço da evolução pessoal dos indivíduos e da sociedade. Neste contexto, parece-nos que

há aqui uma contradição entre aquilo que são as verbas que a própria Cultura gera, o número de empregos que garante regularmente e, depois, os cortes públicos. Não faz sentido. Em nossa opinião, também aqui é necessário haver uma alteração de políticas, sob pena de ficar um espaço de maior intervenção para aqueles que se continuam a perpetuar no poder e instrumentalizar a Cultura para a defesa e a subordinação dos interesses do país aos grandes grupos económicos e financeiros.

3

A política que está em desenvolvimento é uma política populista e demagógica, que desvia as atenções dos trabalhadores e das suas famílias daquilo que é essencial, em vez de colocar a Cultura ao serviço da evolução pessoal dos indivíduos e da sociedade.

¹ Foi apresentado em Março de 2010 pela antiga ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas.

² Cfr. *Público*, 2010-03-24 [Em linha]. [Consult. 14 Dez. 2011]. Disponível em: http://www.publico.pt/Cultura/a-cultura-pode-salvar-a-economia_1429131.

Ainda segundo o mesmo estudo, são as indústrias culturais (música, edição, software educativo e de lazer, cinema, vídeo, rádio e televisão) que mais justificam o peso da cultura na economia (78,8%), seguidas das chamadas actividades culturais nucleares (património, artes visuais, criação literária e artes performativas), com 7,5%, e das actividades criativas (serviços de software, arquitectura, publicidade, design e componentes criativas noutras actividades), com 13,7%.

Valorizar aquilo que foi a acção e a intervenção dos trabalhadores e da sua organização de classe é, simultaneamente, não só um elemento de valorização do que foi feito no passado, mas, acima de tudo, uma referência para aquilo que pode e deve continuar a ser feito no presente e no futuro.

C: Desde o nascimento do associativismo de classe em Portugal, no século XIX, que a cultura, nas suas mais variadas manifestações, foi assumida como um vector fundamental no seio da actividade sindical, nomeadamente, e numa primeira fase, sobretudo, ao nível da instrução e formação dos trabalhadores, tendo em vista capacitá-los com os conhecimentos básicos que os apoiariam na luta pela conquista e defesa dos seus direitos.

A CGTP-IN, herdeira desse movimento secular, deu continuidade a esse legado, chamando a si, desde cedo (década de 1970 e 1980), essa responsabilidade, através da dinamização de actividades culturais, desportivas e de tempos livres junto dos trabalhadores.

Perante as dificuldades económico-financeiras e a proliferação da oferta cultural que se registou entretanto, considera que a CGTP-IN deve esforçar-se por continuar a ter uma voz activa neste sector? Porquê e como o poderá fazer?

AC: É uma questão interessante, mas que não pode ser desligada daquilo que tem sido a evolução do mercado de trabalho nos últimos anos. O que constatamos é que, num espaço relativamente curto de 15/20 anos, há alterações profundíssimas no funcionamento do mercado de trabalho: a generalização da precariedade na União Europeia; a redução do poder de compra dos salários e a instabilidade e a insegurança no emprego que lhe estão associadas; o recurso ao trabalho extraordinário para equilibrar os orçamentos familiares. Tudo isto leva a que, nos últimos anos, tenha diminuído significativamente o tempo de lazer e o tempo disponível dos trabalhadores, não só para acompanharem as suas famílias, mas também para participarem em iniciativas culturais e recreativas. Tudo isto conjugado acaba, naturalmente, por levar a que os trabalhadores tenham menos tempo e menores condições para poderem dedicar-se a actividades de lazer e usufruir de actividades culturais e desportivas. Aliás, se analisarmos melhor esta situação, verificamos que o número de grupos

desportivos de grandes empresas, que regularmente participavam nas iniciativas do INATEL, tem vindo a diminuir significativamente. Portanto, há aqui uma alteração de paradigma, em que o tempo de lazer, o tempo para a Cultura, o tempo destinado ao convívio e à actividade desportiva está a ser permanentemente condicionado face às alterações verificadas na legislação laboral e à diminuição dos rendimentos dos trabalhadores.

Neste quadro, é natural que a dinâmica que se tinha verificado nos anos de 1970 e 1980, ao nível do movimento sindical, com a promoção de diversificadas actividades culturais e desportivas e em que se registava uma forte participação dos trabalhadores, também tenha sido afectada. Contudo, isto não nos pode levar a concluir que estamos perante uma situação sem alternativa. Precisamos de ser ambiciosos e criativos, nomeadamente na cooperação com outras entidades e organizações ligadas à Cultura. O que importa é continuar a exigir tempo para a Cultura e o Lazer. Esta é uma luta de todos os dias, pelo direito ao trabalho com direitos, pelas 8 horas de trabalho, pela luta contra a redução do número de dias de férias e feriados.

Imaginação e iniciativa é aquilo que precisamos para, numa articulação com outras instituições ligadas a estas áreas, programar iniciativas que vão ao encontro das necessidades dos trabalhadores. Não temos que dirigir os seus gostos. Mas temos a obrigação de elevar o seu nível cultural.

C: Os profissionais do sector cultural estão sujeitos, como sabemos, a um nível de intermitência muito variável no exercício da sua actividade. É uma característica normal neste sector.

No entanto, em contextos como o

que atravessamos e, nomeadamente, com o corte nos subsídios públicos, a sua situação laboral tende a tornar-se muito mais vulnerável. Os sindicatos representativos do sector têm vindo a chamar a atenção para o agravamento dos vínculos precários, o aumento do desemprego, a crescente predominância da negociação individual e denunciam mesmo, em certos casos, a perseguição das entidades patronais aos delegados sindicais em processos de despedimentos. Como pode o movimento sindical reagir a esta situação?

AC: Desde logo, através de uma intervenção organizada, onde os profissionais desta área sejam os grandes protagonistas. Não há resolução para os problemas dos profissionais de qualquer sector de actividade se não existir, da parte destes, disponibilidade e capacidade de reflexão, de discussão e de compromisso para a acção. Esta é a grande questão que hoje se coloca e ela é tanto mais desafiadora quanto, neste quadro de alterações da legislação laboral, se procura, também pela via da ofensiva ideológica, criar a ideia de que não há outra alternativa que não seja trabalhar a recibos verdes. Este é um problema de fundo, porque, também aqui, o Estado não está a cumprir as suas obrigações. Como sabemos, o Estado chegou, há uns anos atrás, a ter orquestras e companhias de teatro, onde predominava um vínculo de trabalho estável. Com a progressiva eliminação destes grupos, generalizou-se a precariedade dos vínculos. Importa, pois, encontrar formas de organização que permitam alterar esta proliferação da flexibilização do vínculo de trabalho e criar mecanismos que assegurem a segurança no emprego. Em síntese, achamos que é possível e necessário, mais do que nunca, que os profissionais se organizem e reforcem as suas organizações, para exigir a alteração do vínculo de trabalho e a

garantia de estabilidade e segurança no emprego, bem como para sensibilizar a opinião pública para a importância da concretização destas reivindicações. Porque a situação dos trabalhadores do sector cultural não é muito diferente da que vivem os trabalhadores de outras áreas de actividade. São pessoas que têm os seus compromissos, que têm família e que, num quadro de relação individual, estão, na esmagadora maioria dos casos, a ver os seus rendimentos e a protecção social a diminuir.

C: Américo Nunes, dirigente sindical com uma longa actividade, inclusive na CGTP-IN, realçava, na apresentação do seu livro intitulado *Diálogo com a história sindical: hotelaria: de criados domésticos a trabalhadores assalariados, a importância do movimento sindical assumir o seu próprio discurso e a sua própria reflexão sobre a sua história.*

Sabemos que a CGTP-IN tem vindo a manifestar esta preocupação, começando, desde logo, pela organização e preservação do seu património documental, mas também pela edição de obras que procuram salvaguardar e divulgar a memória de um percurso muito difícil, mas que, com os trabalhadores, logrou alcançar para estes um conjunto de direitos fundamentais por todos reconhecido. Numa altura em que se assiste a uma tendência

para diminuir ou secundarizar o papel das associações sindicais na sociedade (as últimas alterações ao Código do Trabalho foram aprovadas há pouco tempo), este esforço de memória e de divulgação das conquistas que os trabalhadores, organizados em associações sindicais, conseguiram alcançar parece revestir-se, talvez mais do que nunca, de uma importância fundamental. Concorda com esta afirmação? Porquê?

AC: Concordo, por uma razão muito simples: é que precisamos de preservar e, sobretudo, divulgar a memória. O movimento sindical tem uma história em que os trabalhadores são os grandes protagonistas. Ao longo do último século e meio, tiveram uma intervenção onde o colectivo, a organização colectiva, a unidade na acção foram determinantes para um conjunto de conquistas. E, tal como costumamos dizer, nada nos foi oferecido, tudo foi conquistado. Portanto, valorizar aquilo que foi a acção e a intervenção dos trabalhadores e da sua organização de classe é, simultaneamente, não só um elemento de valorização

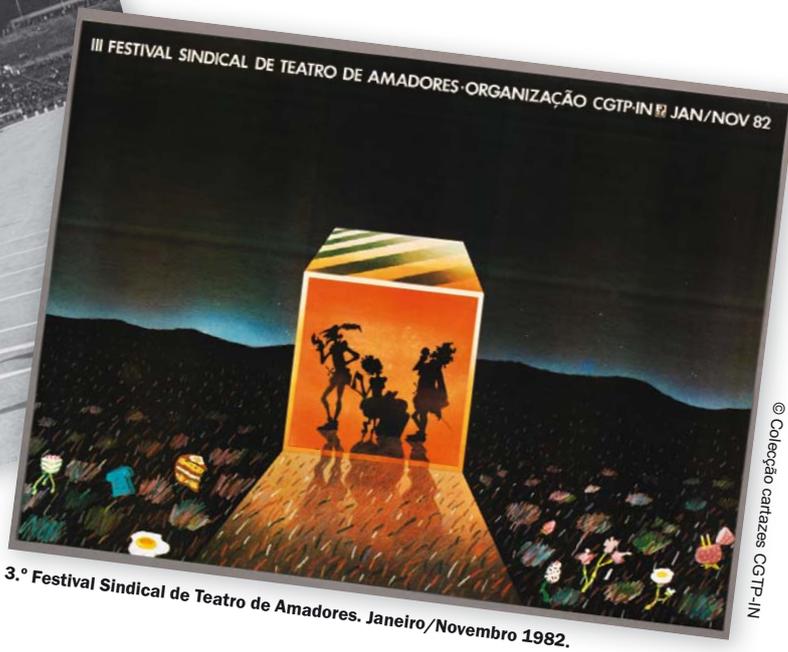
do que foi feito no passado, mas, acima de tudo, uma referência para aquilo que pode e deve continuar a ser feito no presente e no futuro.

A história não se constrói apenas com base na análise de alguns. É preciso que o movimento sindical contribua, também, para que a história se faça com o maior rigor possível e dê visibilidade àquilo que resulta da intervenção dos trabalhadores ao longo de muitos anos. É neste contexto que a CGTP-IN, nomeadamente a área da Cultura e Tempos Livres, tem feito um trabalho muito interessante, quer no plano da organização dos seus arquivos, quer na sistematização de todo o material disponível para que, a qualquer momento, estas fontes possam ser consultadas e se possa, deste modo, dar um contributo para a elaboração da história do que foi o movimento sindical, mas também para a reflexão em torno do que ele representa, quais são os seus objectivos e a sua importância para o desenvolvimento da sociedade e para o funcionamento da democracia. Não há democracia sem sindicatos.

Foi ainda neste contexto que, no âmbito do 40.º aniversário [da CGTP-IN], editámos dois livros sobre a história do movimento sindical, fizemos uma exposição pública que teve um êxito significativo e que, mais recentemente, promovemos um convívio que contou com a participação de muitas centenas de dirigentes, delegados sindicais e funcionários da Central, mas não ficaremos por aqui. Queremos continuar este trabalho, contando com a colaboração de actuais e ex-dirigen-



4.º Torneio Internacional de Atletismo – participação de Rosa Mota. Estádio Nacional, 26 de Abril de 1981.



3.º Festival Sindical de Teatro de Amadores. Janeiro/Novembro 1982.

tes que, com a sua história e os seus contributos, foram determinantes para a elaboração destes documentos. Por isso mesmo, estamos a pensar retomar a actividade de um grupo de trabalho, que é composto por diversos dirigentes, como o Américo Nunes, Manuel Carvalho da Silva, Canais Rocha, Kalidás Barreto, Emídio Martins, José Ernesto Cartaxo, Victor Ranita, e que poderá, eventualmente, ser alargado a outros companheiros, no sentido de começarmos a programar um terceiro livro³, que reflectirá sobre o que foi a intervenção da Central até à entrada para a então denominada CEE. Para além deste trabalho a nível central, queremos aprofundar uma ligação às uniões distritais, porque o movimento sindical é muito vasto, com realidades e experiências muito diversificadas. Por exemplo, aquilo que se passou em termos de combate ao trabalho infantil, protagonizado pela União dos Sindicatos de Braga e os seus sindicatos, é um exemplo ímpar da importância de uma intervenção organizada dos sindicatos e dos dirigentes sindicais para a denúncia e resolução deste flagelo. Claro que, neste momento, temos um problema: com o empobrecimento generalizado da população e, simultaneamente, com o aumento muito preocupante do desemprego, que já afecta muitos casais, começa a haver resquícios, no nosso país, do ressurgimento do trabalho infantil. O combate a esta problemática foi algo fabuloso, pelo que há que registá-lo e divulgá-lo. Temos um conjunto de informação, que embora se encontre dispersa, é significativa, pelo que, nos próximos



Jornada Nacional de Luta – Manifestação contra a lei dos despedimentos (lay-off), salários em atraso e a retirada do 13.º mês. Avenida da Liberdade, Lisboa, 15 de Outubro de 1983.

© Arquivo fotográfico CGTP-IN/João Silva/F55-15

anos, um dos nossos objectivos passa por criar condições para a elaboração de um documentário que registe aquilo que foi a intervenção dos sindicatos de Braga contra o trabalho infantil. Mas podemos referir outros exemplos. Em Setembro, terá lugar, em Santarém, uma iniciativa que tem por objectivo homenagear os trabalhadores e trabalhadoras agrícolas que, há cerca de 50 anos, participaram nas lutas pela conquista das 8 horas de trabalho. Ou seja, em plena época fascista, os trabalhadores conquistaram as 8 horas de trabalho que estão, neste momento, a ser colocadas em causa com a flexibilização dos horários.

C: Concorde com a ideia de que a sociedade portuguesa, em geral, evidencia um certo desconhecimento do papel histórico desempenhado pelo movimento sindical na conquista de direitos essenciais para os trabalhadores, alguns dos quais estão, hoje, a ser colocados em causa, conforme referiu? A que se deve esse desconhecimento?

AC: Sim, mas esse desconhecimento não está desligado das políticas im-

plementadas, desde há 30 anos, por sucessivos governos. Porquê? Porque um trabalhador informado é sempre para intervir e exigir alternativas. Não é por acaso que se tem verificado uma tentativa de ostracização dos sindicatos, do seu papel, da sua intervenção, da sua mobilização. Também não é por acaso que se têm omitido, sistematicamente, os resultados da intervenção do movimento sindical, em diversas áreas. Isto é, quanto menos conhecido for aquilo que resulta da intervenção da luta dos trabalhadores, naturalmente, menos susceptível é de ser acompanhada e, até, de motivar novas movimentações com vista a efectivação de direitos e a exigência de resposta a outras reivindicações.

Precisamos não só de contribuir para a elaboração da história, como de demonstrar que vale a pena termos este movimento sindical.

Há ainda uma outra área, que não é de somenos importância, que é a da reflexão em torno do papel dos sindicatos hoje, o que implica que, também no plano interno, tenhamos que melhorar. Porque a este nível, nem sempre se tem conhecimento de tudo aquilo que se realiza e dos resultados alcançados. Precisamos de registar, divulgar e valorizar mais aquilo que cada sindicato faz, as conquistas que, em cada local de trabalho, se conseguem alcançar. A divulgação e valorização desta informação

³ Arménio Carlos refere-se à preparação do segundo volume do livro com a seguinte referência: NUNES, Américo; CABRITA, Daniel; MARTINS, Emídio; ROCHA, Francisco Canais; CARTAXO, José Ernesto; BARRETO, Kalidás; RANITA, Victor – *Contributos para a história do movimento operário e sindical: das raízes até 1977*. Lisboa: CGTP-IN – Departamento de Cultura e Tempos Livres; IBJC, 2011. Vol. 1. Este primeiro volume cobre o período de 1838 a 1970 e o período de formação da Intersindical até ao seu 2.º Congresso, em Janeiro de 1977. O outro livro a que se refere, também elaborado no âmbito do 40.º aniversário da Intersindical, tem a seguinte referência: CARTAXO, José Ernesto – *CGTP-IN: 40 anos de luta com os trabalhadores (1970-2010)*. Lisboa: CGTP-IN – Departamento de Cultura e Tempos Livres; IBJC, 2011.

potencia-nos a esperança e permitem demonstrar que é possível atingirem-se determinados objectivos, quando há unidade e determinação, quando há compromisso e acção. Esta é a outra grande área que precisamos de desenvolver e aprofundar, a nível interno, no movimento sindical. Por vezes, temos uma intervenção um pouco fechada, porque se parte do princípio de que o conhecimento que temos daquilo que conseguimos é generalizado, quando não é assim. Temos que utilizar de forma mais eficiente os meios que temos, fazendo uma melhor utilização dos meios tecnológicos disponíveis, por exemplo, de forma a que possamos transmitir e apresentar as reivindicações e propostas dos trabalhadores a um público mais alargado e, com isso, potenciar a sua concretização. A divulgação e valorização deste tipo de informação são, também, formas de contribuir para a história. E não falamos apenas das 8 horas.

Há dias, estivemos em Évora para assinalar o centenário do primeiro congresso nacional dos trabalhadores agrícolas e pudemos verificar que, naquela altura, as reivindicações não eram muito diferentes daquelas que são, hoje, as nossas: os salários, os horários de trabalho e melhores condições de vida.

Em síntese, a história do movimento sindical, que é riquíssima, precisa de ter uma maior divulgação, de chegar não só aos trabalhadores, mas também à sociedade em geral e, particularmente, às escolas. Hoje, nas escolas, fala-se pouco do movimento sindical. Nas universidades, é quase inexistente uma abordagem aprofundada do que foi, do que é, do que representa o movimento sindical para o funcionamento da sociedade. É necessário derrubar estas barreiras.

C: A que se deve essa situação?

AC: Deve-se, sobretudo, a factores de ordem ideológica, neste caso concreto, de associação a poderes instituídos, desde

logo, pelos sucessivos governos. Se analisarmos bem a situação, como é que hoje são abordadas, nas escolas secundárias, no Ensino Superior, a Revolução de Abril e as con-

quistas que lhe estão associadas? Há grandes debilidades. Porque razão é que isto acontece? É porque aquela Revolução não foi importante para a história do país? Não foi determinante? É que, a par da liberdade e da democracia, houve um conjunto de direitos que foram conquistados: os direitos à greve, à organização sindical, ao salário mínimo, aos 30 dias de férias, à saúde, à educação, à segurança social. Será que estes não são elementos fundamentais que justifiquem uma reflexão com os alunos e com a sociedade, em geral? Pelo contrário, aquilo a que temos assistido é a uma tentativa de secundarização e, em algumas vezes até, de subversão daquilo que resultou dessa Revolução e da importância dos direitos alcançados, que estão, aliás, associados à Carta dos Direitos Fundamentais do Homem. Mas porque é que o assunto é tão pouco abordado? Mais do que constatar, temos de agir. Ao fazê-lo, estamos a contribuir também para a elevação do nível cultural da população e de uma alternativa política que abra horizontes de

esperança de uma vida melhor para todos quantos vivem e trabalham no nosso país.



© Arquivo fotográfico CGTP-IN/João Silva/INT9-26
Concerto de protesto contra a extinção de Orquestras Sinfónicas. São Bento, Lisboa, Fevereiro de 1989.



© Coleção catazes CGTP-IN
3.º Grande Concurso de Mar: Litoral do Concelho de Sintra. 1986.



© Arquivo fotográfico CGTP-IN/João Silva/D95-38
3.º Festival Sindical de Teatro de Amadores – CITEC [Centro de Iniciação Teatral Ester de Carvalho]. Montemor-o-Novo, Novembro de 1982.

Um trabalhador informado é sempre um trabalhador com maior capacidade para intervir e exigir alternativas.

A fruição de um espetáculo cultural, seja ele de que género for, esconde muitas vezes um trabalho imenso por parte de jovens qualificados mas mal pagos. As profissões ligadas à cultura têm índices de precariedade muito elevados.

A juventude trabalhadora e a cultura Impõe-se defender a cultura do país e a indústria que a faz mover.

Ninguém pensa, ao ir ver teatro ou um bailado, ao ver um filme, ao assistir no seu sofá a uma telenovela, quando está num festival de Verão de folia e alegria, nas condições em que aqueles trabalhadores, a maioria jovens, trabalham. Ninguém fica a pensar, depois de encher de palmas a sala de espetáculos, que um jovem trabalhador, para colocar aquele espetáculo de teatro de pé, muitas vezes aceita trabalhar a troco de quase nada, com um recibo verde ou um moderno estêgio. Ou que um trabalhador, para fazer uma novela, trabalha 12 horas. Ou que um músico paga tanto de IVA no seu instrumento musical como

por um relógio de luxo. Ou quando qualquer um de nós está no cinema a ver um filme, muitas vezes premiado no estrangeiro, que foi feito por pessoas que não sabem se no fim do mês estão ou não a trabalhar. Ou mesmo quando achamos que aquele bailado é maravilhoso, não sabemos que nada protege aquele trabalhador e que, com 20 e poucos anos, ele estará sem poder trabalhar mais e, muitas vezes, no desespero de não saber o que fazer ao seu futuro.

Esta realidade é comum à maioria dos jovens trabalhadores do sector cultural, a precariedade, o horizonte do desemprego, a falta de perspectiva de futuro, os horários desregulados, os salários baixos, os longos tempos de espera pelo pagamento do trabalho.

Nos teatros, os trabalha-

dores são confrontados com os recibos verdes, muitas vezes falsos, porque, na maioria dos casos, esses trabalhadores, independentemente da função que têm, cumprem um posto de trabalho efectivo, que se prolonga durante meses, tendo horário, tarefas a cumprir e patrão definido. Além disso, esses trabalhadores vivem com horários de 14 horas ou mais, muitas vezes obrigados a pressões e responsabilidades que a precariedade e os baixos salários não pagam. A isto tudo soma-se o brutal desinvestimento que os governos PS/PSD/CDS-PP têm praticado nos últimos anos, assim como a falta de investimento das câmaras municipais, votando, ano após ano, este sector ao esquecimento. Os orçamentos de Estado



Os orçamentos de Estado têm sido executados abaixo do orçamentado e em todos os anos foi menor que o ano anterior, atirando companhias teatrais para o encerramento e para o desemprego milhares de trabalhadores do sector.

têm sido executados abaixo do orçamento e em todos os anos foi menor que o ano anterior, atirando companhias teatrais para o encerramento e para o desemprego milhares de trabalhadores do sector.

Empresas como o Teatro Politeama, onde o 1.º Ministro fez questão de saudar mais uma estreia, continuam a ter trabalhadores durante meses sem receber, com horários absurdos de 12 horas, a usar o seu prestígio para ter trabalho gratuito (em troca do “trabalhaste para o La Féria”) e com trabalhadores há 5 anos a recibos verdes e sem aumentos salariais.

No Cinema, os cortes no ICA e o desinvestimento a que se assiste nesta área têm limitado a criação de muitos projectos com grande valor cultural. O Cinema Português, cada vez mais valorizado pelo público e pelos críticos, está a correr um sério risco, colocando os trabalhadores na incerteza e agravando as suas condições de trabalho. Os horários desregulados e abusivos, à imagem de outras áreas, atingem as mais de 12 horas de trabalho, sem qualquer remuneração das horas extraordinárias para a maioria

dos trabalhadores. Os salários em atraso e a precariedade são também comuns no sector, assim como o trabalho não remunerado, que muitas vezes é usado para não preencher as vagas, seja com estagiários ou a troco de “experiência”. Grandes produtores, como Paulo Branco, devem milhares de euros a trabalhadores que com ele produziram filmes que valeram o reconhecimento internacional.

Em Televisão, os lucros das grandes empresas não se reflectem na melhoria das condições de vida dos trabalhadores. A precariedade é também uma constante, assim como os horários abusivos de 12 horas de trabalho, sem qualquer remuneração extra. A responsabilização de trabalhadores, seja no seu transporte entre filmagem, que muitas vezes é assegurado por trabalhadores que já levam mais de 10 horas de trabalho, ou no tratamento de câmeras de filmar, pelas quais cada trabalhador é responsável. Na Plural, empresa que produz as

novelas da TVI e que consegue milhares de euros de lucro, a precariedade é comum e os horários de 12 horas são banais. Também a falta de condições de segurança é uma preocupação para quem ali trabalha.

Na Dança, a falta de um estatuto do Bailarino que previna a natural curta duração de uma carreira, assim como, mais uma vez, a precariedade e o desinvestimento, tornam o futuro destes trabalhadores inconstante. E, nas áreas do património, o cada vez maior desin-



Os horários desregulados, que muitas vezes obrigam os jovens trabalhadores a sair do trabalho muito tarde, a precariedade e os baixos salários, o preço dos bilhetes de qualquer espectáculo cultural, o fim da gratuidade dos domingos nos museus levarão a um cada vez maior afastamento dos jovens e dos trabalhadores da cultura, seja no acesso à mesma, seja na criação.



Concerto de protesto contra a extinção de Orquestras Sinfónicas. São Bento, Lisboa, Fevereiro de 1989.

vestimento do Estado leva à degradação, à falta de preservação e investigação, a juntar à cada vez maior precariedade dos trabalhadores do sector. Ou ainda na Música, onde o preço dos instrumentos limita o acesso à criação cultural. Estas políticas do Governo têm vindo a destruir não só o que existe, mas também o que está impedido de existir, provocando o aumento da precariedade e do desemprego no sector. As políticas que este e outros governos têm praticado levam ainda à sua desresponsabilização, não só no dever que o Estado tem de garantir a criação cultural, como no dever de permitir o acesso à mesma. Os horários desregulados, que muitas vezes

10

As políticas que este e outros governos têm praticado levam ainda à sua desresponsabilização, não só no dever que o Estado tem de garantir a criação cultural, como no dever de permitir o acesso à mesma

obrigam os jovens trabalhadores a sair do trabalho muito tarde, a precariedade e os baixos salários, o preço dos bilhetes de qualquer espectáculo cultural, o fim da gratuidade dos domingos nos museus levarão a um cada vez maior afastamento dos jovens e dos trabalhadores da cultura, seja no acesso à mesma, seja na criação.

Mas este sector não tem ficado de lado na luta pelos seus direitos e na defesa da cultura. A participação crescente que os trabalhadores do sector, na sua maioria jovens, têm levado a cabo nas manifestações da CGTP-IN ou a conquista dos trabalhadores da Plural, que juntamente com o seu sindicato, o STE, levaram à intervenção da ACT e, com isso, à deliberação de que a empresa tinha de converter os falsos recibos verdes em contratos de trabalho e à

obrigação de controlar os horários de trabalho. Ou ainda a acção de luta que o STE, juntamente com o Manifesto em defesa da cultura, levou à prática no dia 9 de Julho, que juntou a luta pelo direito constitucional de criação e fruição cultural à dos direitos dos trabalhadores ou a grande participação de associações juvenis na plataforma em defesa da Constituição, onde a defesa da cultura assumiu natural importância e da qual a Interjovem foi subscritora. Mais ainda, a grande participação de trabalhadores de estruturas teatrais e empresas de audiovisuais nas recentes greves gerais, as maiores participações de sempre e para a qual o STE/CGTP-IN teve um amplo trabalho de esclarecimento e mobilização, mostra que os jovens, e em especial os jovens trabalhadores do sector, estão disponíveis para lutarem pelo direito ao acesso à cultura, assim como lutam pelos seus direitos laborais.

Fundação INATEL: Um património dos trabalhadores



Há mais de um ano que a Fundação INATEL vê limitada a sua acção, fruto da desorganização e incapacidades que reinam em vários Ministérios deste Governo e para a qual o Ministério da Solidariedade e Segurança Social muito contribui. Os órgãos dirigentes da Fundação, passado um ano do fim do seu mandato, continuam sem ser nomeados. Não há Conselho Consultivo nem Conselho Geral. Só o Conselho de Administração se mantém para os assuntos correntes. Será que o objectivo é deitar abaixo a Fundação INATEL? Será uma estratégia, que se enquadra no plano de destruição do país, que este Governo está a executar e a que todos e todas temos assistido nos últimos tempos? Ou será a incompetência dos responsáveis políticos, a falta de conhecimento e visão que impedem a tomada de medidas que resolvam os problemas que afectam a Fundação? São perguntas que nos fazemos, que já colocámos em reunião realizada a 15 de Dezembro de 2011 e reafirmámos por escrito ao Ministro responsável, Mota Soares, mas para as quais ainda não conseguimos obter resposta. Prova da falta de diálogo com os parceiros sociais. Este bloqueio, deliberado ou não, das funções da Fundação INATEL pode prejudicar a imagem e o importante trabalho

desenvolvido, não só com os seus mais de 200 mil associados individuais, mas também com os trabalhadores, jovens, aposentados e reformados, a sociedade, em geral, e os milhares de Centros de Cultura e Desporto espalhados pelo país. Devido à incapacidade do Governo para encontrar soluções, os problemas arrastam-se. Desde logo, sobre o facto da nomeação dos membros do Conselho Geral e do Conselho Consultivo da Fundação ainda não ter sido efectuada, ao abrigo do n.º 2, do artigo 22.º, e n.º 2, do artigo 33.º, dos Estatutos, o que impede o regular funcionamento dos órgãos e levou a que o Orçamento e Plano de Actividades para 2012 e o relatório e contas de 2011 não tenham, até agora, o parecer e a aprovação nos respectivos órgãos.

Continua-se com o problema do Fundo de Pensões, que a CGTP-IN defende que seja integrado na Segurança Social. A questão da equiparação a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) da Fundação e a consequente isenção do pagamento do IRC, tendo em conta que a sua actividade se reveste, em muitas áreas, de interesse público reconhecido.

O prolongamento do prazo para finalizar o processo de registo e licenciamento das unidades hoteleiras da Fundação. Os entraves colocados ao desenvolvimento dos programas sociais, nomeadamente: o turismo sénior, a saúde e o termalismo; o programa “Abrir Portas à Diferença” e o turismo solidário, que, apesar de alguns programas já terem sido despachados, estão muito aquém daquilo que tem sido a actividade da Fundação nos

últimos anos.

Está provado que estes programas sociais são um investimento para o Estado. Segundo um estudo da Universidade de Aveiro, por cada euro investido, o Estado recebe cerca de 3,5 €.

Acresce que os programas sociais promovem, na época baixa, a ocupação de muitas unidades hoteleiras, com quem a Fundação promove parcerias, o que despoleta toda uma logística que faz mover a economia, além de que o desenvolvimento, nomeadamente, do turismo sénior, combate o isolamento e promove o envelhecimento activo e estilos de vida saudáveis.

O desinvestimento nos programas sociais que o Governo promove está em contraciclo com o objectivo da Comissão Europeia de implementar um programa idêntico, a nível europeu, a partir de 2013, onde a Fundação INATEL colabora como perita.

Aproveitamos para reafirmar a importância histórica do património detido pela Fundação INATEL, que, na sua grande maioria, pertence aos Sindicatos, as formas de financiamento através do dinheiro dos trabalhadores e o papel essencial sempre assumido pela CGTP-IN na defesa deste mesmo património.

É por tudo isto que fazemos um apelo aos portugueses, mas de forma especial aos associados/beneficiários da Fundação INATEL, seja individualmente ou colectivamente, aos delegados, dirigentes e activistas sindicais da CGTP-IN para que, no âmbito da sua intervenção, trabalhem para que todo este património não seja destruído.

Aproveitamos para reafirmar a importância histórica do património detido pela Fundação INATEL, que, na sua grande maioria, pertence aos Sindicatos...

O Departamento de Coordenação Geral, pelo papel que desempenha na estrutura da CGTP-IN, tem um arquivo com um manancial riquíssimo, que bem reflecte as actividades da Intersindical ao longo dos seus anos de existência.

Arquivo do Departamento de Coordenação Geral da CGTP-IN Testemunho de lutas e conquistas do movimento sindical português.

O arquivo do Departamento de Coordenação Geral, cuja organização e conservação se deve, em grande medida, ao contributo de Daniel Cabrita, na sua qualidade de adjunto do Coordenador/Secretário-geral durante mais de 30 anos, é composto por cerca de 50 metros lineares de documentação sobre diversas acções e assuntos: Congressos CGTP-IN, Encontros e Seminários, Greves Gerais, 1.º de Maio, Conselho Permanente de Concertação Social, Conselho

Nacional, Comissão Executiva, Conselho Económico e Social, Legislação laboral, Reivindicações sindicais, Posições e declarações públicas da CGTP-IN, Comunicações internas, entre outros. Apesar de podermos afirmar que a baliza cronológica remonta a 1974, a documentação do período dos anos 70 é escassa, comparativamente às décadas seguintes.

Todo este material merece ser preservado e valorizado, pois é testemunho da acção global da CGTP-IN e do trabalho realizado na defesa dos direitos dos trabalhadores e, conseqüentemente, das lutas e conquistas do movimento sindical português.

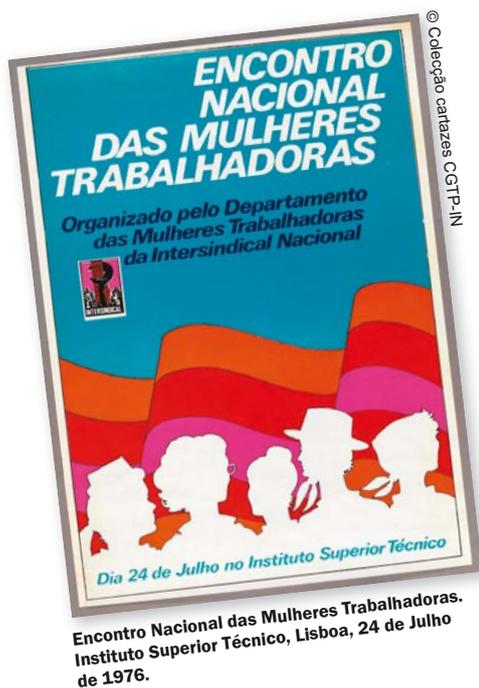
Deste modo, está a proceder-se ao seu tratamento arquivístico, tendo-se já iniciado a sua descrição na base de dados ICA-AtoM, embora ainda não se encontre disponível para consulta na página web do Centro de Arquivo e Documentação (<http://cad.cgtp.pt>).

Mónica Rogério
Centro de Arquivo e Documentação
CGTP-IN



A Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH) e o Departamento de Cultura e Tempos Livres vão publicar um livro com o título: “CGTP-IN: 42 Anos a Construir a Igualdade entre Mulheres e Homens”

CGTP-IN: 42 anos a construir a igualdade entre mulheres e homens



No âmbito das edições da CGTP-IN sobre contributos para a história do movimento operário e sindical, a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH) e o Departamento de Cultura e Tempos Livres vão publicar um livro com o título: “CGTP-IN: 42 Anos a Construir a Igualdade entre Mulheres e Homens”. Esta edição tem como objectivo principal a divulgação, junto dos trabalhadores e da sociedade em geral, da acção concreta da Central Sindical em torno da defesa e efectivação dos direitos de igualdade entre mulheres e homens no mundo laboral.

Para o efeito, foi constituído um grupo de trabalho formado por dirigentes, activistas e técnicos, homens e mulheres, que, com a sua acção, intervenção e conhecimento têm interferido nas diversas áreas do trabalho sindical no decurso histórico da formação e consolidação da CGTP-IN ao longo de 42 anos. O trabalho irá decorrer nos próximos meses, prevendo-se a sua publicação em 2013.

Na orientação dos trabalhos que agora se iniciam foram tomados como pontos de referência os princípios fundadores em que assentam as raízes históricas da CGTP-IN e as lutas sindicais contra a ofensiva do patronato e dos governos de direita, que, em sucessivos ataques aos direitos de quem trabalha, têm desrespeitado a Constituição da República Portuguesa e esvaziado os conteúdos progressistas das leis laborais, pretendendo fazer inverter as conquistas alcançadas com a Revolução de 25 de Abril.

O trabalho a desenvolver conta com o vasto acervo histórico existente nos arquivos da CGTP-IN e incluirá a experiência de trabalho e de luta que envolveu dezenas de dirigentes e activistas sindicais em defesa de políticas de desenvolvimento do país e da melhoria das condições de trabalho e de vida, que passam pela igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e para mulheres nos locais de trabalho. Quanto aos temas sindicais, serão abordados alguns aspectos da luta mais geral, política e económica; a defesa da contratação colectiva e a igualdade salarial; os direitos sociais e a importância destes na promoção da igualdade; a legislação laboral e o direito ao trabalho; sem esquecer a organização das mulheres trabalhadoras no plano sindical e a sua intervenção na luta reivindicativa.

Será relevado o papel desempenhado pela CGTP-IN nas instituições e nas organizações internacionais, na defesa e aprofundamento dos direitos de igualdade e a promoção de uma cultura de igualdade no trabalho, na família e na sociedade.

A actividade a desenvolver nos próximos meses contempla a realização de entrevistas e recolha de depoimentos sobre os diversos temas a tratar, os quais serão completados com documentos originais e ilustrações da época a que se referem, no sentido de proporcionar uma leitura amena e uma compreensão acessível ao público em geral.

Mais do que referenciar acontecimentos ao longo das lutas laborais da CGTP-IN, pretende-se ouvir testemunhos directos daqueles e daquelas que neles intervieram, proceder ao seu registo histórico num tempo diacrónico e sincrónico e, ao mesmo tempo, reflectir sobre o que foi feito, o que se faz e o que se poderá fazer, abrindo espaços de diálogo entre o passado, o presente e o futuro sobre a luta do movimento sindical unitário pela igualdade de direitos entre mulheres e homens, revelando a actualidade do tema e as suas contradições sociais inerentes, reforçando a importância da participação das mulheres trabalhadoras na defesa destes direitos e mostrando que a acção da CGTP-IN, também nesta área, é um insubstituível contributo para a História do movimento operário e sindical.

A CIMH/CGTP-IN e o Departamento de Cultura e Tempos Livres da CGTP-IN contam com o bom acolhimento da notícia e a colaboração de todo o movimento sindical na presente iniciativa.

Maria José Maurício

Membro do grupo de trabalho responsável pela edição da obra

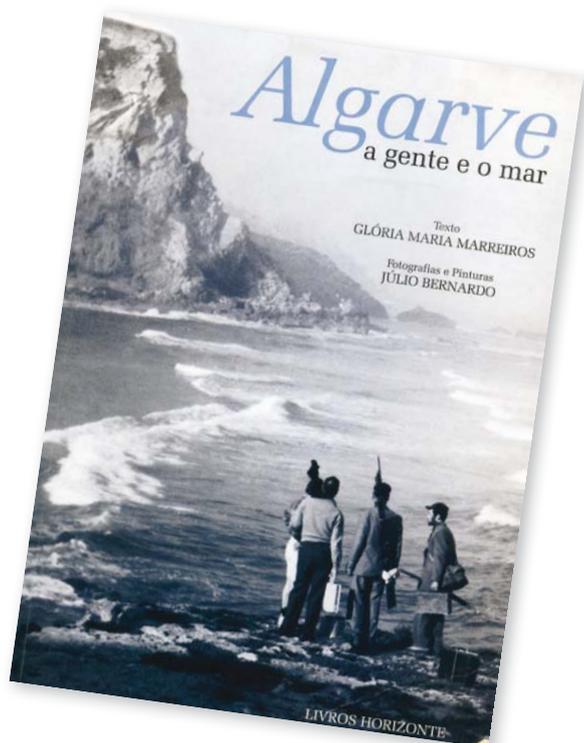
Glória Maria Marreiros, nascida em Marmeleite, em 1929, é licenciada em filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa, com uma pós-graduação em Museologia Social, viria ainda a cursar enfermagem, especialidade que lhe permitiu transpor para a literatura, quer na ficção, quer em livros de carácter técnico, um introspectivo olhar sobre os universos femininos sem que essa voz, por um instante sequer, se assumisse moralista, superior, ou determinante

Um outro Algarve Na obra de Glória Maria Marreiros

14 | Existe um Algarve de papelão; um Algarve povoado por estereótipos, de pose, de circunstância, invadido de néon, *flashes*, revistas cor-de-rosa, sorrisos bolorentos, píffio, culturalmente tolo; um Algarve de passagem, plástico, fabricado à medida dos dias loroteiros que vivemos, vivendo a efémera vacuidade das noites sem um estremecimento, uma inquietação, um esgar sobre o real. Um Algarve de vivendas com piscina, de muros altos (o Algarve que Urbano Tavares Rodrigues tão bem caracterizou no romance *Nunca Diremos Quem Sois*), de estranhas cumplicidades (políticas, jornalísticas, empresariais), de interesses vários e convergentes; um submundo lodoso aonde convivem actores de telenovela, cantores pimba, cartomantes, futebolistas, a feeria nocturna, o sexo, o luxo – uma fauna menor guindada, por um verão, ao estrelato fugaz que se esboroa como castelos de areia ou o bronze da pele aos primeiros rasgos do outono.

E há, permanece, vive e respira 12 meses por ano, um Algarve outro feito pelas pessoas, povoado de gentes: de intelectuais, de artesãos, de operários, de poetas; um Algarve telúrico que nas escarpas da serra ainda cultiva o pão, os frutos, o mel, a alfarroba e o figo e vê, na primavera, como nas lendas árabes dos seus ancestrais, a neve

cobrir os campos na flor da amendoeira, e faz versos e cantigas, e modinhas de roda, e sobrevive à invasão bárbara que, lentamente, como os fogos cíclicos, lhe destrói a paisagem; um Algarve ainda com ressonâncias berberes no falejar, nas mezinhas, nas ervas, nas crenças do Islão – uma cultura fermentada pelos séculos, atravessada pelo esquivo céu dos hebreus. Um Algarve profundo, humano, que não colhe nos recortes badalados do biquini, nos campos de golfe (um anacronismo, mais um, em que este país é fértil, esbanjando recursos naturais preciosos e escassos para manter o luxo de meia dúzia de nababos que, a troco de um punhado de euros faz desviar, para o festim bacoco da irrelevância e do exibicionismo da pança saciada, a água que deveria servir para tornar produtiva uma região privilegiada em termos de solo e de clima), e que encontramos presente com apuro sensível, com atenta dedicação, numa fala por vezes indignada, outras rumorejando um lirismo de puríssima fonte, um verbo sempre expressivo



e lúcido, na obra de Glória Maria Marreiros.

Nascida em Marmeleite, em 1929, Glória Marreiros sintetiza, numa quadra que tem sonoridades populares, bebidas no melhor António Aleixo, mas perpassada pelo Régio da *Toada de Portalegre*, o 1.º quarto da sua vida: *Em Portimão fui gerada/em Marmeleite nascida/em Lagos iniciada/nas coisas boas da vida*. Licenciada em filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa, com uma pós-graduação em Museologia Social, Glória Maria Marreiros viria ainda a cursar enfermagem, especialidade que lhe permitiu transpor para a literatura, quer na ficção, quer em livros de carácter



técnico, um introspectivo olhar sobre os universos femininos sem que essa voz, por um instante sequer, se assumisse moralista, superior, ou determinante, liberta dos pedantismos tão comuns na prosa lusa: há nos seus livros, quer em

Maternidade – Para orientação da futura mãe (Seara Nova, 1962), ou *Gravidez e Maternidade* (Caminho, 1988) um posicionamento didático, pedagógico, no sentido de servir, e de informação geral. Certo que essa informação, pela assertiva dialéctica do discurso, consequência da posição ideológica da autora, extravasava por vezes (como em *Maternidade...*) os limites que a censura salazarenta impunha a escritos tais, numa postura corajosa e progressista, a verdade é que atravessou o tempo da sua conceptualização chegando aos nossos dias quase incólume nos seus pressupostos. Tal se deve ao visionarismo das posições expressas por Glória Marreiros face aos problemas da mulher e, sobretudo, da mulher trabalhadora. Essa mesma atitude, do entendimento profundo das idiossincrasias de género,

vamos encontrá-la no romance *O Poço dos Desencantos* (Campo das Letras, 2002), um quase policial, dúctil e perspicaz, escrito com uma tocante serenidade mesmo quando a autora percorre o mais sombrio da *alma* das personagens. A mesma serenidade, com laivos de revolta e indignação, mas o mesmo puríssimo acerto sensível de escrita, vamos encontrá-lo no conto *Catrina* (Lisboa, 1974), dedicado à memória de Catarina Eufémia, sobre o qual Urbano Tavares Rodrigues, emocionado, escreveu: “Nestes dias exaltantes li o conto que Glória Marreiros escreveu sobre a morte de Catarina Eufémia. Achei-o lindo. Rijo, escrito com palavras de aço e de suor, as verdadeiras palavras do amor, do amor mais difícil, mais profundo, o que é sinónimo de terra, de trabalho, de igualdade, o amor que se conquista para todos dentro de cada um de nós

e na praça pública. (...) Este conto é daqueles que qualquer um de nós, escritores, neste instante se honraria de assinar.” Voltemos ao início deste texto e dos seus propósitos: o Algarve de Glória Maria Marreiros.

A bibliografia é vasta: *Um Algarve Outro – contado de boca em boca* (Livros Horizonte, 1991), *Viveres Saberes e Fazer Tradicionais da Mulher Algarvia* (Leda, 1995), *Lagos, Séc. XVII e Séc. XX* (C. M. de Lagos, 1996), *Quem Foi Quem? – 200 algarvios do Século XX* (2001), *Algarve a Gente e o Mar* (Livros Horizonte, 2002). Detenhamo-nos em 2 títulos singulares, nos quais a escrita de Glória Maria Marreiros melhor se afirma e se descobre perplexa perante a beleza das formas, das gentes, da genuína essência desse chão dos afectos e da paisagem ainda não maculada pelo cimento e pela usura: *Um Algarve Outro e Algarve a Gente e o Mar*.

Não só o gosto pela magia das palavras, mas a contínua busca pelo seu implícito sentido, eis a vertente em que a língua de Glória Marreiros se expande, sobretudo nos poemas de *Algarve a Gente e o Mar*, inspirados nas magníficas fotografias a preto e branco de Júlio Bernardo.

Dois olhares que se cruzam e completam quer na arqueologia dos rostos das gentes do mar, quer nos modos de

Não só o gosto pela magia das palavras, mas a contínua busca pelo seu implícito sentido, eis a vertente em que a língua de Glória Marreiros se expande, sobretudo nos poemas de Algarve a Gente e o Mar

testemunhar o real sobre a geografia dos afectos; dos velhos pescadores com as rugas marcando a passagem do tempo, as vendedoras de peixe, os meninos espreitando futuros sobre as pedras, as redes e a sua tecelagem contínua, remendando, remendando para que a fauna seja possível – e o mar, esse mar imenso que começa lá onde a terra se acaba e atravessa os nossos mais perenes e sensitivos imaginários. E a Liberdade, que não é apenas uma palavra, que se expressa nos actos mais comuns da vida, que à vida está, indelevelmente, ligada mesmo quando insólita, na sua essencial lisura, definida de forma metafórica pela voz de um *Miúdo do Cais*: – *Mocinho, não vais à escola?*

– Na senhora... *na sê ler*, o que vou eu lá fazer?

– Mocinho, não tens sapatos?

– Na senhora... *os mês peses são mais grandes q'us sapatos. Os peses da gente são como os passarinhos, na apreciem gaiola.*

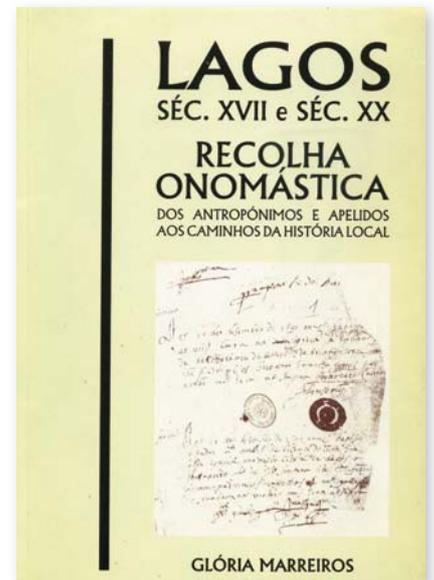
– Mocinho, o que fazes aí sentado a olhar o mar?

– *'Stava só a pensar... s'é fosse pêxe gostava de ser roaz.*

– Porquê roaz?

– *P'ra roer as redes e dêxar os pexinhos miúdos voltarem p'ro mar.* (o. c., pág. 28).

A autora deixa, nos poemas e nos textos em prosa, os rastros de uma fonética que transporta, também, a identidade deste outro Algarve. Essa fala única, cantável e estranha que destas terras foi levada até às ilhas perdidas no Atlântico e por lá permanece remoçada e soberba nas suas cambiantes e mágicas sonoridades. E de novo o mar, esse estranho apelo dos nossos sentidos, o mar fronteira de horizontes, de sonhos, de lonjuras, mar de Aljezur, de Sagres, mar de Olhão e Lagos, mar que se vê no recorte das falésias, nos olhos de peixe dos marinheiros, mar de gaivotas e sereias, mar da África ao longe, raízes que ainda atravessam a pele e a nostalgia das noites serenas, mar igualmente sepultura de pescadores: *Mar, doce mar, /tão suave e tentador/tenebroso também./Mar amargo, marafado./Quantos sonhos destruístes/Quantos corpos sepultaste?/Quantas lágrimas engoliste?/ dos olhos de tanta mãe?* Mas não só de mar se faz esta escrita. Seguindo o olhar de Júlio Bernardo, a escrita de Glória Marreiros, consonante e cúmplice, vai percorrendo outros lugares mais íntimos, os sítios das casas caiadas, das mouras que permanecem fechadas no encanto deste território único oferecendo à brisa *um beijo suave como um sopro*, das chaminés rendilhadas, dos figos a secar nos terraços, do varejar da alfarroba, dos burros que ajudam na faina, da serra que desce ao litoral trazendo na bolsa de retalhos os *mimos* de ancestrais



manjares: *morcela de farinha, piques fritos – de vinha de alhos – azeitonas britadas, medronheira e alvo pão.* O Algarve dos homens e das mulheres que humanizam a paisagem e a tornam nossa, carne e nervo de um imaginário colectivo que vive e cresce muito para além da volúvel fachada mundana que o calor despeja, ciclicamente, nas suas areias.

Um Algarve Outro – contado de boca em boca, é um livro único e inesperado. Glória Marreiros veste a pele de antropóloga e percorre a serra de Monchique em busca da cultura popular, das raízes de um povo que se orgulha da sua identidade e da sua memória. Este livro reconduz-nos, de passagem, a esse mítico programa radiofónico que foi *Um Lugar ao Sul*, de Rafael Correia, no qual, como neste livro, se procedia à descoberta das gentes, ao registo das suas tradições e à evocação dos lugares que a serra

Mas não só de mar se faz esta escrita. Seguindo o olhar de Júlio Bernardo, a escrita de Glória Marreiros, consonante e cúmplice, vai percorrendo outros lugares mais íntimos, os sítios das casas caiadas, das mouras que permanecem fechadas no encanto deste território único

ainda preserva. Já não apenas as modinhas, a concertina dos fandangos e corridinhos, as vozes esparsas na paisagem, os versos – Glória Marreiros vai mais longe na busca, na observação e na análise desse universo, dado que, como bem refere Tomaz Ribas no lúcido prefácio que acompanha a obra, a autora não desconhece o campo específico – naturalmente científico, rigoroso e metodológico – dos estudos antropológicos contemporâneos; não desconhece o âmbito e os novos caminhos percorridos pela Antropologia Cultural.

O material coligido nesta obra, das estórias, às mezinhas, das receitas culinárias, dos costumes e ditos, das devoções e superstições que fazem o corpo desta pesquisa, foi recolhido pela autora nas três freguesias que constituem o concelho de Monchique: Marmeleite, Alferce e Monchique. Vejamos, em jeito de apetite para uma leitura mais demorada e atenta, algumas adivinhas e ditos singulares que a imaginação popular criou para estabelecer os fios de entendimento geracionais entre uma comunidade que vivia dos apegos telúricos e, nesse espaço afectivo e convivial, fabulava para penetrar os mistérios do tempo, da natureza, das divindades, do trabalho e do lazer – uma cultura oral que tem, naturalmente, a vida e suas canseiras como elemento estruturante: **O Pão.** *A muitas misturas devo/vir a ser o que sou/mas levo sempre mau pago/da gente com quem me dou./Sou abafado*

*primeiro/e num cercal me vão pôr/
não se me muda a figura/mas do rosto
mudo a cor./Todo o povo me procura/
porque precisa de mim/tive criação
aos murros/tenho facadas ao fim.* E as modas, também elas ligadas ao trabalho e aos amores, que em dias de festa se dançavam: *Cesteiro que fez um cesto/
dizem que fará um cento/de beijos serei
cesteiro/se me deres verga e tempo.* Os solstícios de verão, as Maias – tradição que atravessa as crenças populares e seus rituais de fertilidade de norte a sul do país, e os “santos populares”: *A dia treze de Junho/O Santo António se move/São João a vinte e quatro/O São Pedro a vinte e nove.* As quadras populares em que se fala de amores, de adornos e de anjos: *O meu amor é baixinho/pouco mais da minha altura/
chapéu preto redondinho/relojinho à cintura/ (...) O meu amor não é este/que o meu amor tem chapéu/o meu amor ao pé deste/parece um anjo do céu.*

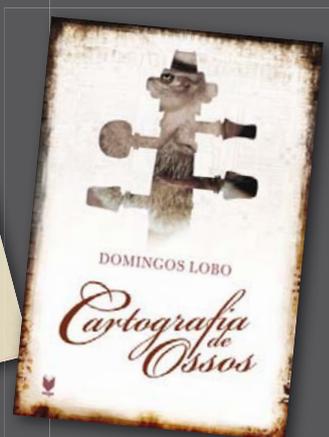
Dividido em 12 capítulos, tantos quantos os meses do ano, este livro de Glória Marreiros devolve-nos a magia de um tempo que, mesmo em rápida transformação, tende a permanecer, perpetuar-se herança colectiva, graças a livros como este e a autores que fixaram, no declive histórico dos dias que vivemos, estas memórias, esta cultura, esta chama única de um Povo que, apesar dos pesares, soube criar, fazer-se enorme no

chão tolhido e agreste em que se deu nascido, levantado, diria Saramago – gente de corpo inteiro. Com memória, com arte, com trabalhos e com afectos. Resta-me, para terminar, regressar às palavras de Tomaz Ribas: *saudemos o aparecimento de “Um Algarve Outro” como valiosa obra da Antropologia Cultural Portuguesa e saudemos Glória Marreiros que com este trabalho vem engrossar e enriquecer a bibliografia nacional deste cariz colocando-se em lugar de honra na magra lista dos actuais “especialistas do Algarve e suas gentes”.*

Eu não saberia dizer melhor.

Domingos Lobo¹

¹**Domingos Lobo**, poeta, romancista, ensaísta, dramaturgo, crítico literário, vencedor do Prémio Literário Cidade de Almada/2009 e do Prémio Nacional de Teatro Bernardo Santareno (2009), colaborador habitual do *CGTP Cultura*, lançou, recentemente, duas obras: a 5 de Junho, em Almada, *Para guardar o fogo: epítáfios* (poesia); a 27 de Setembro, em Lisboa, *Cartografia de ossos: música sem partitura* (romance).



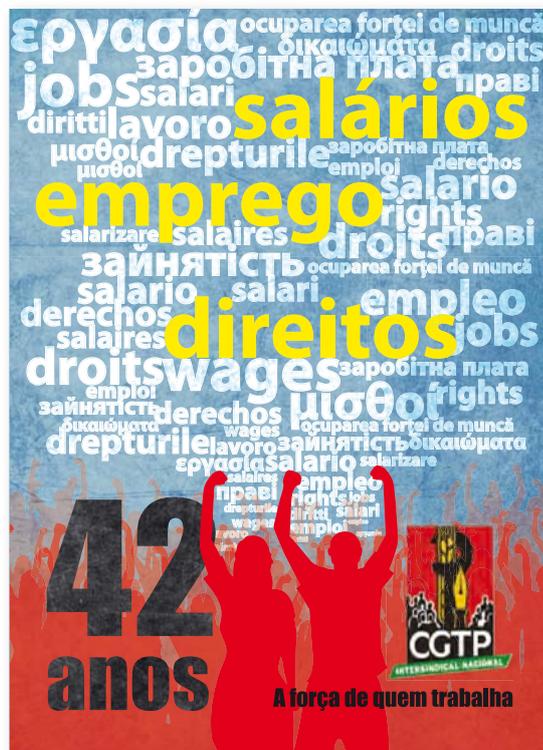
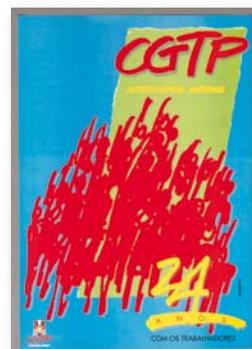
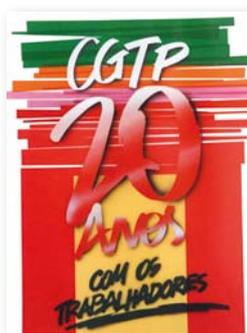
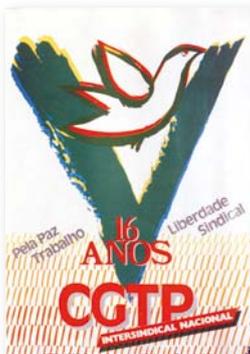
Efemérides

1 de Outubro de 1970 a 1 de Outubro de 2012

A CGTP-IN comemorou, no dia 1 de Outubro, o seu 42.º aniversário. Para evocar esta data, recordamos algumas comemorações de anos passados.

Pesquisa: **Mónica Rogério**
Centro de Arquivo e Documentação CGTP-IN

Cartazes comemorativos de Aniversários da CGTP-IN.



© Coleção cartazes CGTP-IN

Oferta de "Canções Escolhidas" à CGTP-IN pelo Maestro Lopes Graça. Lisboa, [Outubro] 1980.



© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/B18-30



© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/B18-32



© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/B18-35

Actuação de Zeca Afonso no espectáculo do 10.º Aniversário da CGTP-IN. Coliseu dos Recreios, Lisboa, 18 de Outubro 1980.



© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/B21-27



© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/B21-22

11.º Aniversário da CGTP-IN – Comício no Campo Pequeno. Lisboa, 1 de Outubro de 1981.



© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/C20-24

**16.º Aniversário da CGTP-IN
Comício no Pavilhão dos Desportos.
Lisboa, 4 de Outubro de 1986.**



© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/L33-31

20.º Aniversário da CGTP-IN – Inauguração da Expo 90 com a presença do Presidente da República, Mário Soares. Rossio, Lisboa, 24 de Setembro de 1990.



© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/P48-29



© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/P47-27



Entrega de condecoração do Presidente da República, Mário Soares, à CGTP-IN. Lisboa, 6 de Outubro de 1995.

© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/U77-06

Inauguração do Monumento ao 25 de Abril. Setúbal, 1 de Outubro de 1985.



© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/K1-30



© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/K1-36.



© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/K1-18

20

30.º Aniversário da CGTP-IN Jantar no INATEL. Costa da Caparica, 30 de Setembro de 2000.



© Arquivo Fotográfico CGTP-IN/João Silva/env73-23

Cartão CGTP: Protocolos

Nome	Morada	Contactos	Desconto
Malaposta, Centro Cultural	Rua Angola, 2620-492 Olival Basto	Tel.: 21 938 31 00; Fax: 21 938 31 09; info@malaposta.pt	50% (excepto sessões de preço único)
Companhia de Teatro de Almada	Teatro Municipal de Almada Av. Prof. Egas Moniz 2804-503 Almada	imprensa@ctalmada.pt	50%
A Barraca: Companhia de Teatro	Largo de Santos, 2 1200-808 Lisboa	Tel: 21 396 53 60; Fax: 21 395 58 45 E-mail:barraca@mail.telepac.pt URL: http://www.abarraca.com/	25%
A Escola da Noite: Grupo de Teatro de Coimbra	Rua Pedro Nunes - Oficina Municipal do Teatro Quinta da Nora 3030-199 Coimbra	Tel: 23 971 82 38; Fax: 23 970 53 67 Telemóvel: 96 630 24 88 E-mail: geral@aescoladanoite.pt URL: http://www.aescoladanoite.pt/	20%
A Jangada: Cooperativa Profissional de Teatro	Quinta das Pocinhas 4020 Lousada		10%
ACTA: Companhia de Teatro do Algarve	Escritório: Rua Antero de Quental, 119 8000-210 Faro Estúdio: Rua Cunha Matos,23 8000-262 Faro	Tel: 28 987 89 08/28 988 27 03 Fax: 28 988 27 04 E-mail: geral@actateatro.org.pt URL: http://www.actateatro.org.pt/	30%
Aquilo Teatro	Largo do Torreão s/n Apartado 134 6301 Guarda	Tel. e fax: 27 122 24 99 E-mail: aquilo.teatro@sapo.pt	50%
Cena Aberta: Companhia Teatral de Santarém	Largo Padre Francisco Nunes da Silva, n.º 3 2000-134 Santarém	Tel: e fax: 24 332 88 54 Telemóvel: 91 985 05 90 (Alexandra Baptista) E-mail: cena.aberta@mail.telepac.pt	30%
CENDREV: Centro Dramático de Évora	Teatro Garcia de Resende Praça Joaquim António de Aguiar 7000 Évora	Tel: 26 670 31 12; 26 674 11 81 E-mail:cendrev@mail.evora.net URL: http://www.evora.net/cendrev/	30%
Centro Cultural de Belém	Fundação Centro Cultural de Belém, Praça do Império, 1449-003 Lisboa	Tel.: 21 361 27 00; E-mail: amigoccb@ccb.pt; URL: http://www.cb.pt	20% na subscrição do Cartão Amigo CCB (30% caso a adesão seja feita por débito directo em conta)
Chão de Oliva: Companhia de Teatro de Sintra	Rua Veiga da Cunha, 20 2710-627 Sintra	Tel: 21 923 37 19 Fax: 21 923 14 46 Telemóveis: 91 220 63 84; 91 616 86 39 E-mail:chaodeoliva@chaodeoliva.com	50%
Chapitô: Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina	Costa do Castelo, n.º 1/7 1149-079 Lisboa	Tel: 21 885 55 50 Fax: 21 886 14 63 E-mail: mail@chapito.org URL: http://www.chapito.org/#	25%
CIRAC: Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão	Av. da Sobreira 4538-251 Paços de Brandão	Tel: 22 744 86 25	15%
Companhia de Teatro de Braga	Teatro Circo Av. da Liberdade, 697 4710-251 Braga	Tel: 25 321 71 67; 25 326 24 03 Fax: 25 361 21 74 E-mail:ctb@mail.telepac.pt; info@ctb.pt URL: http://www.ctb.pt/	50%
Comuna: Teatro Pesquisa	Praça de Espanha 1070-024 Lisboa	Tel: 21 722 17 70/6 Fax: 21 722 17 71 E-mail: geral@teatrocomuna.pt URL: http://www.comunateatropesquisa.pt/	50%

Ensemble: Sociedade de Actores	Trav. da Telheira - Telheiró Avioso (Santa Maria)	Tel: 22 982 63 18	
Lua Cheia: Teatro Para Todos	Rua da Casquilha, 16, 7.º Dto 1500-152 Lisboa	Tel: 21 443 05 91; 96 604 64 48 (Ana Enes) Fax: 21 009 34 44 E-mail: teatro@luacheia.pt URL: http://www.luacheia.pt/	15%
Marionetas, Actores e Objectos Grupo de Teatro	Largo de São Domingos, 46 r/c 4900-330 Viana do Castelo	Telemóvel: 96 459 63 13 (Carla Magalhães) E-mail:marionetas.viana@gmail.com; marionetas_viana@hotmail.com URL: http://www.teatrinho.com.pt/	50%
Quarta Parede: Associação de Artes Performativas da Covilhã	Rua Mateus Fernandes, n.º 135, 2A, 6200-072 Covilhã	Tel. e fax: 27 533 56 86 Telemóvel: 96 978 53 12; 96 901 42 54 E-mail: qp@quartaparede.pt URL: http://www.quartaparede.pt	40%
Te-ato: Grupo Teatro de Leiria	Rua Pedro Nunes, 15 (ao Terreiro) Apartado 1066 - 2401-801 Leiria	Tel./fax: 24 482 84 79; Telemóvel: 96 290 43 85; E-mail:teatroleiria@gmail.com; te-ato@alcachofra.net; URL: http://www.alcachofra.net/Te-Ato/	30%
Teatro 3 EM PIPA: Associação de Criação Teatral e Animação Cultural	Monte Novo do Serrinho Apartado 150 - 7630 Ode-mira	"Tel: 28 338 66 49 Fax: 28 338 66 49 E-mail: 3empipa@sapo.pt Telemóvel: 96 233 94 69	20%
Teatro Art'Imagem	Rua da Picaria, 89 4050-478 Porto	Tel: 22 208 40 14 Fax: 22 208 40 21 E-mail:producao@teatroartimagem.org URL: http://www.teatroartimagem.org/	30%
Teatro Casa da Comédia: Filipe Crawford Produções Teatrais	Rua são Francisco de Borja, n.º 22 1200-843 Lisboa	Tel: 21 395 94 17/8 Fax: 21 395 94 19 E-mail: casadacomedia@mail.telepac.pt URL: http://www.filipecrawford.com	Desconto conforme a época teatral
Teatro d'O Semeador: Teatro de Portalegre	Convento de Santa Clara Apartado 264 7300-901 Portalegre	Tel: 24 520 78 94	25%
Teatro da Cornucópia: Teatro do Bairro Alto	Rua Tenente Raúl Cascais, 1-A 1250-268 Lisboa	Tel: 21 396 15 15; 21 396 92 05 Fax: 21 395 45 08 E-mail: info@teatro-cornucopia.pt URL: http://www.teatro-cornucopia.pt/htmls/home.shtml	20%
Teatro da Garagem: Teatro Taborda	Costa do Castelo, 75 1100-178 Lisboa	Tel: 21 885 41 90 Fax: 21 868 85 50 E-mail: geral@teatrodagaragem.com URL: http://www.teatrodagaragem.com	50%
Teatro das Beiras	Travessa da Trapa, 2 Apartado 261 6201-909 Covilhã	Tel: 27 533 61 63; Fax: 27 533 45 85 Telemóvel: 96 305 59 09 E-mail: geral@teatrodasbeiras.pt URL: http://www.teatrodasbeiras.pt/home.asp	40%
Teatro de Animação de Setúbal	Forum Municipal Luisa Todi 2900 Setúbal	Tel: 26 553 24 02 Fax: 26 522 91 30 E-mail: tas.setubal@netcabo.pt	25%
Teatro de Ferro	Rua do França, 8/58, 4400-174, V. N. Gaia	Tel.: 22 370 00 11; 96 256 96 56; E-mail: geral@teatrodeferro.com, teatrodeferro@gmail.com; URL: www.teatrodeferro.com, www.myspace.com/teatrodeferro	20%

Teatro de Marionetas do Porto	Rua de Belomonte, 57 4050-097 Porto	Tel: 22 208 33 41 Fax: 22 208 32 43 E-mail: teatro@marionetasdoporto.pt URL: http://www.marionetasdoporto.pt	20%
Teatro do Bolhão: Academia Contemporânea do Espectáculo	Praça Coronel Pacheco, n.º 1 4050-453 Porto	Tel: 22 208 90 07 Fax: 22 208 00 52 E-mail: teatrodobolhao@ace-tb.com	50%
Teatro do Noroeste	Teatro Municipal Sá de Miranda Rua Sá de Miranda 4900 Viana do Castelo	Tel: 25 882 28 05 E-mail: teatro-municipal@cm-viana-castelo.pt URL: http://www.cm-viana-castelo.pt/teatro/noroeste.htm	50%
Associação Cultural Teatro dos Aloés	Rua António Ferreira n.º 1, 9.º Dto. 2650-386 Amadora	Tel.: 21 814 08 25/91 664 82 04; E-mail: teatrodosaloes@sapo.pt; URL: http://www.teatrodosaloes.pt	50% (válido para os espectáculos nos Recreios da Amadora, Avenida Santos Mattos, n.º 2, Amadora)
Teatro Experimental de Cascais	Teatro Municipal Mirita Casimiro Av. Marechal Carmona, 6 B	Tel: 21 467 03 20 Fax: 21 483 21 86 E-mail: t.e.c@netcabo.pt URL: http://www.tecascais.org/#	50%
Teatro Extremo	Rua Serpa Pinto, n.º 16 Apartado 124 2801-801 Almada	Tel: 21 274 22 20; 21; 272 36 60 (Escritório) Fax: 21 272 36 69 (Escritório) E-mail: teatro@teatroextremo.com URL: http://www.teatroextremo.com/te.htm	25%
Teatro Fórum de Moura	Rua Cardeal Lacerda, 8, 7860-018 Moura	Tel.: 96 009 32 69/96 670 60 36; E-mail: teatroforum@gmail.com; URL: http://www.teatroforumdemoura.blogspot.com	20%
Teatro Infantil de Lisboa	Rua Tereiro do Trigo, n.º 66, 5.º C 1100-604 Lisboa	Tel: 21 886 05 03; 21 715 40 57 (Bilheteira) Fax: 21 887 25 58 E-mail: info@til-tl.com; URL: http://www.til-tl.com/	7,00€ de desconto por bilhete
Teatro Nacional São João	Praça da Batalha 4000-102 Porto	Linha verde: 800 10 8675 Tel: 22 340 19 00 Fax: 22 208 83 03 E-mail: geral@tnsj.pt URL: http://www.tnsj.pt	5€ na compra de bilhetes para os espectáculos do TNSJ, para lugares de Plateia (também no Teatro Carlos Alberto) e Tribuna; 50%, incluindo acompanhante, mediante aquisição dos bilhetes com 48 horas de antecedência.
Teatro o Bando	Vale de Barris Apartado 152 2950-055 Palmela	Tel: 21 233 68 50 Fax: 21 233 42 41 E-mail: geral@obando.pt URL: http://www.obando.pt/	Preço único de 5€
Teatro Pé de Vento: Colectivo de Animação Teatral	Rua da Vilarinha, 1386 4100-513 Porto	Tel: 22 610 89 24 E-mail: pevento@clix.pt	50%
Teatroesfera	Rua Cidade Desportiva, 2745-012 Queluz	Tel: 21 430 34 04; Fax: 21 430 17 57; E-mail: geral@teatroesfera.com; URL: http://www.teatroesfera.com	50%
Teatro da Rainha	Sala Estúdio do Teatro da Rainha, Rua Vitorino Fróis, 22500-208 Caldas da Rainha	Tel.: 26 282 33 02; 96 618 68 71; e-mail: geral@teatro-da-rainha.com; URL: http://www.teatro-da-rainha.com/	50%
Notas Campestres, Caminhos e Infraestruturas de Lazer Unipessoal, Lda. - Parque de Campismo de Idanha-a-Nova	Parque de Campismo de Idanha-a-Nova, 6060-192 Idanha-a-Nova	Telm.: 963139870; e-mail: notas-campestres@gmail.com	40% sobre o preço praticado ao balcão nas actividades desportivas, de lazer e turísticas, promovidas naquele espaço

A CGTP-IN participou em conferência para promover a preservação, organização e o conhecimento do património histórico do movimento operário e sindical internacional

CGTP-IN/CAD

Participou na 43.ª Conferência Anual da IALHI



Decorreu, entre os dias 19 e 21 de Setembro de 2012, na Fundação Mário Soares, em Lisboa, a 43.ª Conferência Anual da Associação Internacional de Instituições de História do Trabalho (IALHI)¹. Embora não fazendo parte dos membros desta Associação, a CGTP-IN foi convidada a participar neste evento, através do Centro de Arquivo e Documentação, tendo em vista apresentar o Projecto de Preservação, Organização e Valorização do Acervo Documental da CGTP-IN (2009-2011), de que vos demos conta nos números anteriores (1 e 2)² deste boletim. Para além da apresentação do projecto, a CGTP-IN teve a oportunidade de, sem querer desresponsabilizar a estrutura sindical e tendo presente a necessidade de respeitar a sua autonomia, expressar o seu entendimento de que as políticas públicas relativas ao património documental, em Portugal, têm secundarizado o tratamento dos arquivos sindicais e do mundo do trabalho. O Estado não está, portanto, a cumprir, na sua totalidade, o disposto na alínea c) do art.º 78.º da Constituição Portuguesa, ou seja, «Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o um elemento vivificador da identidade cultural.» Em suma, é fundamental que assumam um papel mais activo, concretamente, no que respeita à criação de condições que facilitem o conhecimento, a preservação, organização e acesso a este tipo de arquivos, sem o que se corre o risco muito sério de se perder uma parte muito significativa da nossa memória colectiva.

A intervenção da CGTP-IN enquadrou-se numa sessão em que se pretendia

conhecer projectos portugueses que tivessem por objecto o tratamento de acervos documentais do mundo do trabalho. Mas o programa da Conferência, organizada, este ano, pela Fundação Mário Soares (Arquivo e Biblioteca), uma das instituições associadas da IALHI, contemplou a discussão de outras temáticas igualmente relevantes. Destacamos algumas delas: o futuro da sala de leitura, num contexto em que os projectos de digitalização documental e respectiva divulgação online alcançam, a ritmo desenfreado, uma preponderância sobre outro tipo de actividades; a produção historiográfica portuguesa sobre o mundo do trabalho, numa intervenção muito enriquecedora do historiador Fernando Rosas; os arquivos enquanto fonte de memória e identidade

nacional, tendo-se apresentado alguns projectos em curso, nesta área, em países como o Senegal, Guiné-Bissau, Madagáscar e Timor-Leste; e a apresentação das plataformas electrónicas *Portal da História Laboral* (Amesterdão) e *Casa Comum*, um projecto em desenvolvimento pela instituição anfitriã da Conferência.

As conferências anuais da IALHI realizam-se desde 1970, ano da fundação desta Associação³, tendo como intuito conhecer o trabalho, partilhar experiências de trabalho e promover a cooperação multilateral dos seus membros: arquivos, bibliotecas, centros de documentação e de investigação associados à história do movimento operário e sindical a nível internacional. A IALHI conta, entre os seus membros, com instituições oriundas de 25 países.

A próxima Conferência terá lugar em Budapeste (Hungria), tendo como instituição organizadora a Open Society Archives (OSA)⁴, da Universidade Central Europeia.



© Fundação Mário Soares



© Fernando Gomes

Filipe Caldeira
Centro de Arquivo e Documentação
CGTP-IN

1 International Association of Labour History Institutions. Disponível em: <http://www.ialhi.org/>.

2 Disponíveis em: <http://cad.cgtp.pt/pt/publicacoes>.

3 Fundada pelo Arquivo e Biblioteca do Movimento Operário sueco (Estocolmo), a Confederação dos Sindicatos Alemães (DGB), a Fundação Friedrich Ebert (Bona, Alemanha), o Instituto Internacional de História Social (IISG) (Amesterdão, Holanda), o Partido Trabalhista (Reino Unido), os Arquivos Sociais Suíços (Zurique) e o Congresso dos Sindicatos (TUC) (Reino Unido).

4 Disponível em: <http://www.osaarchivum.org/>.